Texto para discussão: Bioeconomia e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável

Aluna: Ana Paula Dalmagro Delai

Professora Dra. Madalena Maria Schlindwein

Resumo: Estudar os conceitos do agronegócio em toda a sua interdisciplinaridade traz uma riqueza de conteúdo e uma instigante curiosidade em saber mais sobre os diferentes temas que o envolvem. Partindo desse ponto, neste estudo busca-se abordar a distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico, com base nos estudos apresentados por Souza, Furtado e Amartya Sen. É possível compreender que após os efeitos do capitalismo e das transformações após a Segunda Guerra Mundial, o processo produtivo teve, por muito tempo, como base os números sobre produção como fatores determinantes para o crescimento, considerando os índices de Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB) como norte. Com a evolução dos debates sobre crescimento surge a preocupação com o meio ambiente e com os aspectos sociais, dando inicio a estudos sobre bioeconomia e desenvolvimento sustentável. Tais estudos consideram os recursos naturais como fontes renováveis de riqueza, as condições de liberdade da população e qualidade de vida, como elementos para o desenvolvimento. Portanto, é possível compreender que, diante dos avanços nas discussões sobre sustentabilidade dentro das análises econômicas, cada vez mais se faz necessário ampliar a compreensão sobre bioeconomia e economia circular e sua relação com o processo de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chaves: Desenvolvimento como Liberdade; Sustentabilidade; Crescimento.

Introdução

Ao analisar os conceitos econômicos defendidos por Furtado, Souza e Amartya Sen é possível compreender que a formação do pensamento econômico precisa passar antes por uma análise cultural, fator importante para o desenvolvimento.

Segundo Costa e Machado (2020) o capitalismo produziu uma distinção de riquezas, limitando o acesso ao desenvolvimento conforme cada país e cada região. Essa percepção se tornou o pensamento estruturalista de Furtado sobre o conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento, quando aponta que toda economia subdesenvolvida é, portanto, dependente e periférica, pois o subdesenvolvimento é uma

criação da situação de dependência e um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida das pessoas.

Por esta e outras razões, Furtado sempre associou a cultura como elemento do desenvolvimento (FURTADO, 1980; 1984; 1992), assim como para Souza e Amartya Sen. Amartya Sen ainda faz uma análise mais abrangente considerando políticas públicas que assegurassem liberdade de desenvolvimento a todos os indivíduos, por meio do acesso a educação, alimentos e melhor qualidade de vida (SEN, 2000).

Em uma linha mais altruísta Souza chama a atenção no cuidado ao mostrar as disputas envolvendo abordagens ortodoxas e heterodoxas. Como sugere, Souza (2005) discute que a liberação da economia, a descentralização e a abertura comercial representam a conclusão de longos debates sobre as diferenças entre crescimento e desenvolvimento.

Apesar de pertencerem a escolas de pensamentos diferentes, os três autores apresentam pontos de convergência e complementariedades que são fundamentais para os debates sobre desenvolvimento desde o ano de 1970 até os dias atuais, onde cada vez mais as diferenças entre renda e qualidade de vida aumentam.

Diante de tais abordagens, se faz necessário compreender os conceitos de desenvolvimento e a evolução do mesmo para a visão de desenvolvimento como liberdade e desenvolvimento sustentável.

Após a segunda guerra mundial e o processo industrial o desenvolvimento econômico fez com que muitos países priorizassem o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo Oliveira (2002) essa busca incessante pelo crescimento econômico era vista como único elemento do desenvolvimento, acarretando diversos problemas ao meio ambiente. Tema que com o tempo passou a ser foco de estudos e ampliação do conceito de desenvolvimento.

O debate sobre o tema é acirrado pela conceituação econômica do termo desenvolvimento (OLIVEIRA, 2002). Os economistas veem surgir a necessidade de elaborar um modelo de desenvolvimento que englobe todas as variáveis econômicas e sociais (SOUZA, 2005). Sob o prisma econômico, o desenvolvimento é o aumento do

fluxo de renda real, sendo um incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade segundo Furtado (1961).

Com o evoluir dos estudos acerca do tema, é possível entender que o desenvolvimento deve considerar todo o processo de transformação econômica, política e principalmente humana e social. E, a partir de tais discussões, o desenvolvimento passa a ser entendido como resultado do processo de crescimento autossustentável, ou seja, precisa crescer de maneira continua.

Assim surgem os estudos sobre a preocupação com a preservação do meio ambiente para assegurar o crescimento autossustentável. O movimento em torno do desenvolvimento sustentável, com base no chamado Clube de Roma, aborda 5 tópicos de discussão principais que envolvem a degradação ambiental e a importância dos agentes econômicos (empresas, famílias e governo) para o atingimento dos objetivos sustentáveis (LAYRARGUES, 1997).

A partir dessa compreensão, fica em evidência a teoria do Desenvolvimento como Liberdade de Amrtya Sen. Em sua obra, o autor faz uma ampla e direta discussão sobre cenários em países que vivenciam a exploração econômica sem a liberdade de acesso da população aos diferentes elementos que realmente promovem o desenvolvimento, tais como alimentos e segurança alimentar, educação e direitos das mulheres.

No início da sua abordagem Sen (2000) traz uma reflexão sobre a perspectiva da liberdade e a importância da riqueza se a mesma não promove imortalidade, ou seja, a capacidade de viver muitos anos uma vida sem limitações de consumo e com liberdade de escolhas. Diante das diferentes privações de liberdades que a sociedade enfrenta, dispor de riqueza requer antes de tudo condições de liberdades que permitam acesso à educação, serviços na saúde e moradia de qualidade, além de alimentação saudável para a população.

Assim como, em toda a sua percepção, o autor discute a necessidade de compreender as formas de liberdade que auxiliam no desenvolvimento. Ao falar sobre liberdade políticas, oportunidades sociais, facilidades econômicas, envolvendo o papel dos governantes e a escolha dos mesmo como parte da tomada de decisão da população, Sen (2000) cita os casos da Índia, China e Taiwan como análise comparativa, pois embora a China seja um país com poder econômico, parte da sua população sofre limitações a liberdade.

Outros temas como relação de emprego e trabalho, trabalho infantil, o papel da democracia e da mulher na mudança social e no combate as fomes coletivas, reforçam a compreensão sobre como o desenvolvimento precisa considerar vários outros elementos além do PIB para de fato ser autossustentável.

Portanto, é possível pensar em desenvolvimento por meio de políticas econômicas, geração de renda e giro financeiro, porém, é necessário compreender as realidades que envolvem o desenvolvimento de forma específica para cada região e população.

Algumas questões como acesso à educação, saúde e emprego precisam ser analisadas individualmente a fim de verificar se tais ofertas geram desigualdade ou se promovem liberdade às pessoas de forma que consigam escolher as condições de vida adequadas e desejadas. Políticas públicas precisam ser pensadas, levando em consideração as necessidades da população de forma que sua renda seja suficiente para gerar consumo e desenvolvimento local.

O entendimento sobre desenvolvimento e seus diferentes conceitos, e o comportamento de alguns temas para potencializar seus resultados se faz necessário. Portanto, a seguir os termos bioeconomia, agroecologia, biodiversidade, segurança alimentar, agricultura 5.0, biocombustíveis, bioeletricidade e economia circular serão tratados sobre o viés sustentável e com a necessidade da aplicação diante do cenário atual que vivemos no Brasil.

De acordo com Silva, Pereira e Martins (2018) desenvolver o conceito de bioeconomia representa uma oportunidade para o Brasil. Diante da capacidade produtiva do país, utilizar os recursos biológicos renováveis, assim como resíduos de processos extrativos e de transformação, podem gerar novas riquezas ao se produzir energia, alimentos, artigos químicos e têxtil entre outros, com menor custo, por meio da adição de valor e com potencial ambiental.

Dentro desse conceito, a produção agroecológica desempenha um papel importante no que diz respeito ao agronegócio. Por meio de novas oportunidades econômicas e sociais para famílias que dependem do campo e que lutam para preservar o meio ambiente, ao utilizar recursos naturais, assim como o potencial de biodiversidade dessa cultura com aplicações ambientais, como biorremediação, biossensores e outros métodos para reduzir impactos ambientais. Os princípios agroecológicos aparecem como

meio de proporcionar à agricultura mecanismos mais sustentáveis de gestão (KAUFMANN; PASQUALOTTO; SENA, 2019).

Atualmente o Brasil tem a maior diversidade genética vegetal do mundo e essa variedade contribui para a produção de diversos produtos como biocombustíveis, como o etanol, o biodiesel, e bioenergia por meio da utilização de resíduos (SILVA; PEREIRA; MARTINS, 2018).

Além do potencial econômico dos biocombustíveis e da bioeletricidade para o desenvolvimento da bioeconomia no país, segundo Meijas (2019), é importante destacar os caminhos que a economia circular vem tomando e gerando novas oportunidades de desenvolver todos os setores produtivos, através de políticas de reaproveitamento de resíduos até suas estratégias de logística reversa.

Para Oliveira, Silva e Moreira (2020) a Economia Circular (EC) propõe uma transição no processo produtivo, alternando a produção linear, para um modelo que utilize os resíduos no ciclo produtivo, minimizando a extração de matéria prima e os impactos causados pela disposição inadequada de resíduos no meio ambiente, tornando a produção mais sustentável.

Diante do exposto, a agricultura 5.0 propõe o uso da internet e das tecnologias em todo o campo, facilitando o desenvolvimento sustentável, promovendo a aplicação de medicas ecológicas, sem distinção de poder econômico do produtor, incentivando e capacitando todos os setores das diferentes culturas produzidas no país.

Com os efeitos da pandemia, causadas pelo novo Coronavírus, tanto a população na cidade como as diferentes atividades econômicas, sofreram mudanças na forma de agir, interagir, produzir e consumir. No campo não seria diferente. Segundo o presidente do Sistema Faesp Senar – SP, o processo da agricultura 5.0 está acelerando a conectividade e o produtor rural precisa se conectar para continuar produzindo (NAÇÃO AGRO, 2020).

Portanto, algumas lições estão sendo aprendidas nos últimos meses deste ano de 2020. Não é apenas a preocupação em produzir com maior qualidade, gerando segurança econômica, social e ambiental, mas quais as formas que o mundo tem caminhado para se desenvolver considerando as novas faces da tecnologia e a necessidade de mais humanização.

Considerações Finais

A cadeia produtiva do agronegócio investe em tecnologias a fim de agregar valor na produção, incentivando o desenvolvimento na agricultura familiar e na produção em grande escala, tanto da soja e cana de açúcar para alimentos e biocombustíveis como das frutas e hortaliças para a mesa das famílias com segurança alimentar, além do aproveitamento dos resíduos dessas produções para novas fontes de energia renováveis.

Considerando os conceitos aqui apresentados e os temas debatidos, é possível afirmar que ainda há muito que se discutir sobre os caminhos que estão sendo trilhados no Brasil e no mundo sobre desenvolvimento. Analisar o desenvolvimento socieconômico sustentável, proporciona uma visão ampla e clara sobre a distinção dos conceitos de crescimento e desenvolvimento. Compreender o papel da Bioeconomia para o desenvolvimento sustentável, principalmente no caso do Brasil, um país rico em fontes renováveis promove melhor condição de análise e pesquisas que ampliarão o poder do agronegócio.

Ao iniciar os estudos sobre os temas relacionados ao agronegócio, diante de toda a sua interdisciplinaridade, é possível afirmar que esta analise se faz necessária. Os cursos na esfera de mestrado e doutorado em agronegócio, precisam capacitar seu pesquisador quanto a percepção sobre crescimento e desenvolvimento, primeiramente, assim como as formas de sustentabilidade com base na bioeconomia.

Fica, portanto, como sugestão e compreensão sobre os temas aqui aprendidos que uma disciplina com tamanha abordagem e importância se faça presente de forma obrigatória para obtenção do título, mas antes de tudo, como disciplina fundamental para formadores de opiniões no que tange a complexidade e amplitude do agronegócio.

Referências

COSTA, Eduardo Costa José Monteiro da; MACHADO, Luiz Alberto de Souza Aranha. Reflexões sobre cultura e desenvolvimento: Celso Furtado, Douglas North e Amartya Sen. Cadernos CEPEC, v. 9, n. 1, 2020.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento. 1. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. Cultura e desenvolvimento em época de crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. Revista Economia e Sociedade. Instituto de Economia UNICAMP, v. 1, p. 5-19, 1992.

KAUFMANN, Marielen Priscila; PASQUALOTTO, Nayara; SENA, Mauricio Machado. A construção do conhecimento agroecológico no Território Central do Rio Grande do Sul: uma experiência baseada na metodologia campesino a campesino. Extensão Rural, v. 26, n. 3, p. 7-20, 2019.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. Revista Proposta, v. 25, n. 71, p. 5-10, 1997.

MEJIAS, Rafael Gouveia et al. Bioeconomia e suas aplicações. ÎANDÉ: Ciências e Humanidades, v. 2, n. 3, p. 105-121, 2019.

NAÇÃO AGRO, 2020. Disponível em: https://www.nacaoagro.com.br/agricultura-5-0/agricultura-5-0-quem-nao-se-conectar-ficara-pra-traz-diz-faesp/ Acessado em 27 de set de 2020.

OLIVEIRA, Adna Caroline Vale; SILVA, Aline de Souza; MOREIRA, Ícaro Thiago Andrade. Economia circular: conceitos e contribuições na gestão de resíduos urbanos. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 3, n. 44, 2020.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista da FAE, v. 5, n. 2, 2002.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Martin Francisco de Oliveira; PEREIRA, Felipe dos Santos; MARTINS, José Vitor Bomtempo. A bioeconomia brasileira em números. Bioeconomia, BNDES Setorial 47, p.277-332, 2018.

SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento Econômico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005